

UTILIZAÇÃO DE TEORIAS NAS PESQUISAS EM GOVERNO ELETRÔNICO: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE PESQUISAS BRASILEIRAS

USE OF THEORY IN E-GOV RESEARCH: PRELIMINARY REFLECTIONS ON RESEARCH IN BRAZIL

(artigo submetido em setembro de 2016)

Marie Anne Macadar

Professora Visitante da Escola de
Administração de Empresas da Fundação
Getúlio Vargas – EAESP-FGV
mariemacadar@gmail.com

Edimara Mezzomo Luciano

Professora do Programa de Pós-graduação
em Administração da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul
eluciano@pucrs.br

Karen Maria Gross Lopes

Doutoranda da linha de pesquisa Gestão da Informação do Programa de Pós-graduação
em Administração da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
karen.lopes@acad.pucrs.br

ABSTRACT

This article discusses the use of theory in Brazilian research on electronic government (eGov). International academic literature has promoted reflections and criticisms about the degree of theorization in the eGov research field and its implications to research. This article aims to understand the use of theories in the Brazilian context. Through a systematic literature review, 96 articles published between 2003 and 2014 were selected. The five types of theory typology proposed by Gregor (2006) in her article 'The Nature of Theory in Information System' was used as the framework to analyze the papers. A detailed paper analysis shows that most of them (62%) fit to the 'Theory to Analysis', the most basic type. The main interest of Brazilian researches is the description of the phenomenon ("what"), rather than to understand "why", "what will be" or "how to do something," representing necessary stages for the growth and qualification of a research field. The study indicates the need to use other stages of theories in Brazilian studies on eGov.

Keywords: electronic government (eGov); theories; theories in MIS; theories use.

RESUMO

Este artigo trata do uso de teoria nas pesquisas brasileiras sobre governo eletrônico (eGov). A literatura acadêmica internacional tem promovido reflexões e críticas acerca do grau de teorização da área de eGov e suas implicações na pesquisa. Nesse contexto, este artigo tem por objetivo discutir a utilização de teorias no campo de pesquisa de eGov tendo como base para esta reflexão inicial pesquisas brasileiras no tema. Por meio do processo de revisão sistemática de literatura, foram selecionados 96 artigos para análise, publicados entre 2003 e 2014 em periódicos brasileiros. Como modelo de análise foi utilizada a tipologia proposta por Gregor (2006), em seu artigo *The Nature of Theory in Information Systems*, que apresenta cinco tipologias de teorias. A análise detalhada dos artigos mostra que a maioria deles (62%) se encaixa na "teoria para análise", o tipo mais básico estabelecido pela autora. O principal interesse das pesquisas brasileiras é na descrição do fenômeno ("o que é"), mais do que entender "porque", "o que será" ou "como fazer algo", que representam estágios necessários para o crescimento e qualificação de um campo de pesquisa. O estudo indica a necessidade de utilizar outros estágios de teorias nos estudos brasileiros sobre governo eletrônico.

Palavras-chave: governo eletrônico (eGov); teorias; teorias em ADI; uso de teoria.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Governo Eletrônico (eGov) tem se tornado uma importante estratégia de transformação do governo, por meio de programas com resultados expressivos em redução de custos, melhoria da qualidade do serviço, incremento da prestação de contas e controle social, além de ampliação da participação pública, entre outros benefícios (LUNA-REYES e GIL-GARCIA, 2011). Segundo Wang (2014), o uso intensivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tem transformado os governos em e-governos, trazendo valor para os cidadãos e para o próprio governo, além de incrementar o desempenho e eficiência da gestão pública. Para Bekkers (2013), governo eletrônico é um dos mecanismos utilizados na modernização do governo. Na mesma linha, Margetts (2009) afirma que o governo eletrônico pode ser definido como o uso, pelo governo, de tecnologias digitais, internamente e externamente, para interagir com cidadãos, empresas, outros governos e organizações de todos os tipos. As tecnologias, que transformam as relações entre cidadãos e negócios, geram diversos produtos, quais sejam: melhores serviços públicos para os cidadãos, melhoria nas interações com empresas e a indústria, empoderamento dos cidadãos por meio de acesso à informação e mais eficiência na gestão governamental (GRÖNLUND, 2004).

A despeito dos diversos conceitos de eGov encontrados na literatura, Yildiz (2007) cita que a pesquisa nesta área tem produzido conceitos vagos, limitações metodológicas e simplificação exagerada de processos de desenvolvimento em governo eletrônico, especialmente levando-se em conta sua inserção em ambientes políticos e institucionais. Na mesma linha, de acordo com Heeks e Bailur (2007), a literatura de eGov gera somente modelos e listas referentes a estágios de governo eletrônico. Complementarmente, o estudo de Lee (2010) realiza comparativo de diversos modelos de estágios de evolução de eGov e identifica incongruência entre eles, bem como reconhece que são baseados em diferentes perspectivas. Assim, essas diferentes abordagens, além de dificultar o entendimento dos resultados das pesquisas, ainda reduzem o planejamento de futuras ações em eGov. Meijer e Bekkers (2015) propuseram uma meta-teoria como um cubo em três dimensões, quais sejam: “explicação *versus* entendimento”, “individualismo *versus* holismo” e “manutenção *versus* mudança”. O objetivo destes autores era solucionar a fragmentação de teoria e reduzir a confusão teórica em eGov, bem como distinguir as diferentes abordagens de conhecimento produzidas na área.

A conclusão de que os trabalhos têm pouca contribuição teórica, com baixa agregação de conhecimento ou como guia prático e, acima de tudo, com falta de rigor metodológico e nível baixo de generalização foi um dos resultados do estudo de Heeks e Bailur (2007) ao analisarem 84 artigos de governo eletrônico. Bannister e Connolly (2015), adicionalmente, trazem um questionamento interessante a ser discutido: “A literatura de eGov tem ausência de teoria?” Outros autores vão na mesma linha e apresentam

outras questões: “A pergunta básica é se a pesquisa em eGov constitui uma área da ciência ou uma subárea de outra?” (GRÖNLUND, 2004, p. 6). “Será que eGov se constitui em um campo científico?” (GRÖNLUND e NADERSSON, 2006). “A ausência de teoria em eGov é um problema?” (HEEKS e BAILUR, 2007, p. 255).

Estas questões suscitam o debate acerca do grau de teorização da área de governo eletrônico. Para Grönlund e Andersson (2006), a área está sub-teorizada. Na mesma linha, Margetts (2009) aponta muitas brechas em pesquisas de eGov e pouca atenção nos *frameworks* teóricos gerados nas pesquisas de administração pública. Segundo Yildiz (2007), as pesquisas em governo eletrônico são não-teorizadas, sendo basicamente descritivas. Para complementar, Bekkers (2013) afirma que o conceito de governo eletrônico carece de algum rigor e, por conta disso, é um conceito sub-teorizado.

Bannister e Connolly (2015) exploram o contra-argumento para sub-teorização afirmando que está longe de estar faltando teoria na área de governo eletrônico. Ou seja, há teorias disponíveis, mas a questão é se elas estão sendo utilizadas. Na mesma linha, Scholl (2010) reforça a confiança do governo eletrônico como um domínio de estudo que avançou além de seu estágio da infância. Já Avison e Malaurent (2014) afirmam que a ênfase em teoria foi muito longe e, por conta disso, trazem um contraponto: argumentam que artigos teóricos e não-teóricos podem ser rigorosos e relevantes. Os autores apresentam o conceito de “teoria *light*” como a descoberta de novos argumentos, fatos, padrões ou relacionamentos, que contribuem para a compreensão de algum fenômeno.

A discussão acerca da utilização de teorias nos estudos em eGov e do papel destas teorias na qualificação dos estudos e na ampliação da sua contribuição tem sido feita em nível internacional (Zhang *et al.*, 2014). A fim de trazer essa discussão para o contexto brasileiro, estabeleceu-se como o objetivo deste artigo compreender como está sendo a utilização de teoria nas publicações científicas brasileiras em eGov. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura em artigos eletrônicos sobre eGov publicados nas revistas científicas nacionais, analisando a utilização de teoria a partir da tipologia proposta por Gregor (2002; 2006). Esta taxonomia considera como método de classificação os objetivos primários do problema a ser resolvido, ou seja, depende da natureza do problema e das questões de interesse que são endereçadas. Além disso, a tipologia é baseada em conceitos fundamentais de explicação e predição, além dos relacionados à causalidade e generalização.

Segundo Luciano, Wiedenhöft e Macadar (2015), estudos exploratórios deste tipo contribuem tanto para o avanço da teoria quanto da prática, mas principalmente para entender como um determinado campo de conhecimento opera e quais deveriam ser os seus próximos passos. Estudos que utilizam o método de revisão sistemática de literatura, como o realizado neste artigo, proporcionam uma avaliação do estado de conhecimento produzido em uma área de estudo científico. Permitem,

também, avaliar questões relativas ao rigor, relevância e forma com que estão sendo operacionalizadas as pesquisas naquele campo específico de estudo.

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, esta Introdução, são abordados o tema, problema de pesquisa, objetivos e justificativa. Na segunda parte são tratadas as múltiplas conceituações da palavra “teoria”, além da apresentação da taxonomia utilizada para classificação dos artigos selecionados durante a revisão. Na terceira parte aborda-se o método da pesquisa. Finalmente, na quarta seção, são apresentados os resultados da análise, seguidos das considerações finais.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Uma boa teoria é relevante para a pesquisa acadêmica, provendo rigor e explicações, auxiliando as discussões com modelos e padrões e mesmo leis para entendimento do comportamento humano (BANNISTER e CONNOLLY, 2015). Para Bannister e Connolly (2015), o significado da palavra “teoria” na academia ainda é confuso. A fim de buscar o consenso em relação ao conceito de teoria, Sutton e Staw (1995), definiram cinco características que, apesar de importantes, não constituem teoria, quais sejam, referências, dados, lista de variáveis ou construtos, diagramas e hipóteses.

Os problemas decorrentes da dificuldade de definição afetam a avaliação do grau de uso de teoria em eGov e, ainda, afetam a avaliação quanto à posição da teoria em eGov (BANNISTER e CONNOLLY, 2015). De acordo com o estudo de Grönlund e Andersson (2006), dos 80 artigos selecionados por eles, somente 30 puderam ser classificados como “pesquisa em eGov”, com poucos casos onde a teoria não era somente estudo de casos ou descritiva, com análise e teste como base para geração de teoria. Mais recentemente, Przeybilovicz, Cunha e Coelho (2015), ao estudarem de que forma estudos de governo eletrônico estão estruturados no Brasil, identificaram pouca utilização de teorias ou modelos de referência e discussões que se encontravam limitadas ao domínio substantivo.

A despeito das diversas definições e questões a respeito de teoria levantadas acima, faz-se necessário, para atendimento do objetivo proposto neste artigo, que se estabeleça um conceito de teoria único a ser empregado durante o processo de coleta e análise. Para tanto, foi adotado o conceito definido por Gregor (2006, p. 616), especialmente pela aderência à taxonomia da própria autora, utilizada no método de análise dos artigos: “teorias são entidades abstratas que visam a descrever, explicar, ampliar a compreensão do mundo e, em alguns casos, fazer prognósticos do que acontecerá no futuro e dar base para intervenção e ação”.

A Figura 1 resume os cinco tipos de teorias, seus atributos e características.

Figura 1 – Taxonomia dos tipos de teoria em pesquisa de Sistemas de Informação

Tipo de teoria	Atributos distintivos	
I – Teoria para análise	Diz “o que é”.	A teoria não se estende além da análise e descrição. Não faz relações causais entre os fenômenos e não faz previsões.
II. Teoria para explicação	Diz “o que é”, “como”, “porquê”, “quando” e “onde”.	A teoria dá explicações, mas não visa a fazer previsões com nenhum grau de precisão. Não tem hipóteses.
III. Teoria para predição	Diz “o que é” e “o que será”.	A teoria faz prognósticos e tem hipóteses, mas não explicações causais e justificativas bem-desenvolvidas
IV. Teoria para explicação e predição	Diz “o que é”, “como”, “porque”, “quando”, “onde” e “o que será”.	Fornecer previsões e tem tanto hipóteses quanto explicações causais.
V. Teoria para desenho e ação	Diz “como fazer algo”.	A teoria dá prescrições explícitas (isto é, métodos, técnicas, princípios de forma e função) para construção de um artefato.

Fonte: Gregor (2006)

A seguir, os cinco tipos de teoria propostos por Gregor (2006) são detalhados a partir da adoção de uma perspectiva de natureza estrutural, conforme cita a autora.

a) Tipo I – Teoria para análise: de acordo com Bannister e Connolly (2015), este é o tipo mais básico de teoria: analisa “o que é”, ao invés de explicar causas ou prever generalizações (GREGOR, 2006). Para Gregor (2002), este tipo de teoria deve ser utilizado quando o interesse é a descrição e categorização das entidades relevantes para a área. Em uma visão crítica, Bannister e Connolly (2015) salientam que este tipo de teoria é frequentemente chamado de “teoria fraca”, uma vez que não traz conhecimentos relevantes para a área e, por conta disso, não é considerada teoria por diversos autores. Modelos conceituais, classificações, taxonomias, tipologias e conceitualizações são algumas das formas de apresentação deste tipo de teoria (GREGOR, 2006; BANNISTER e CONNOLLY, 2015).

b) Tipo II - Teoria para explicação: de acordo com Gregor (2002), este tipo de teoria explica primeiramente o “como” e “porque” o fenômeno ocorre, visto que as previsões testáveis sobre o futuro não são o interesse principal. Assim, a contribuição deste tipo de teoria para o conhecimento deve ser nova, interessante ou explicar algo pobremente entendido. Por conta disso, é conhecida como “teoria da compreensão” (GREGOR, 2006). Já para Bannister e Connolly (2015), este tipo de teoria é limitado por não conter nenhum grau de generalização e é comumente encontrado em um único estudo de caso não generalizável.

c) Tipo III - Teoria para predição: diz “o que será”, predizendo resultados a partir de fatores explicáveis, mas não necessariamente promo-

vendo o entendimento ou explicando as conexões de causa entre as variáveis dependentes e independentes (GREGOR, 2002). Por conta disso, é conhecida como “caixa preta” (GREGOR, 2006). Já para Bannister e Connolly (2015), este tipo de teoria é comum em ciências sociais, tipicamente baseadas em modelos estatísticos e correlações. Este tipo de teoria é, por definição, testável. A principal contribuição da teoria para predição é a descoberta de regularidades que eram desconhecidas antes. Por outro lado, a existência de correlações entre duas variáveis não implica, necessariamente, em uma relação causal (GREGOR, 2006).

d) Tipo IV - Teoria para explicação e predição: este tipo de teoria diz “o que”, “como”, “porque”, “quando” e “o que será”. Este tipo de teoria é o que a maioria das pessoas entende ou conceitua quando fala sobre teoria (BANNISTER e CONNOLLY, 2015). Gregor (2006) explica que este tipo de teoria busca o entendimento das causas em conjunto com a predição, além da descrição dos construtos teóricos e do relacionamento entre eles. Este tipo de teoria possibilita investigações por meio de quase todos os métodos, como por exemplo estudos de casos, questionários, experimentos, análises estatísticas, estudos de campo, entre outros (GREGOR, 2002).

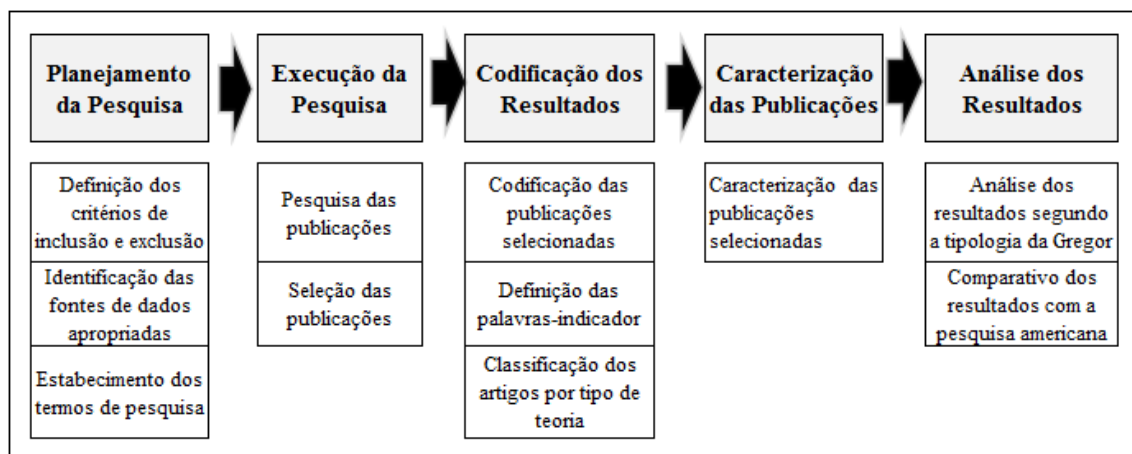
e) Tipo V - Teoria para desenho e ação: de acordo com Gregor (2002), este tipo de teoria pode tanto estabelecer metodologias e ferramentas para desenvolvimento de sistemas como também princípios para desenhar artefatos, métodos, processos ou sistemas. Trata de “como fazer” algo, sendo normativa ou prescritiva, definindo guias ou princípios que podem ser seguidos na prática (GREGOR, 2006). Para Bannister e Connolly (2015), este tipo de teoria ocupa um espaço importante no campo de Sistemas de Informação e, conseqüentemente, em eGov.

Essa tipologia é o principal insumo utilizado neste artigo para o entendimento do uso de teorias em eGov no Brasil.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa é caracterizada como um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, por meio de revisão sistemática das publicações científicas brasileiras na área de governo eletrônico. Segundo Webster e Watson (2002), uma boa revisão contribui para o conhecimento e facilita o desenvolvimento de teoria. Na mesma linha, Wolfswinkel *et al.* (2013) entendem que uma rigorosa análise de literatura conduz à descoberta de achados e é, ainda, uma área pouco explorada na comunidade acadêmica. Com base nos métodos propostos por Webster e Watson (2002), Bekkers (2013) e Wolfswinkel *et al.* (2013), foi elaborado o método utilizado nesta pesquisa, conforme representado na Figura 2.

Figura 2 – Etapas da pesquisa



Fonte: elaborado pelas autoras

O detalhamento destas etapas é abordado a seguir.

3.1 PLANEJAMENTO DA PESQUISA

A etapa de planejamento foi feita seguindo os seguintes procedimentos:

a) Definição dos critérios de inclusão e exclusão: o primeiro passo foi a definição dos critérios de inclusão e exclusão de artigos. Como primeiro filtro para pesquisa, foram utilizados três critérios: artigos eletrônicos escritos em português, cuja temática e conteúdo fossem de governo eletrônico e tivessem sido submetidos à revisão por pares. Esse último critério é um mecanismo que, ao ser utilizado, reduz a quantidade de artigos selecionados. Por outro lado, amplia a qualidade dos artigos, uma vez que foram submetidos ao julgamento realizado por especialistas. Não foram colocados quaisquer limites de data da publicação, ou seja, foram pesquisados os artigos nas bases desde a sua criação. Também não se restringiram os estudos a um determinado nível da federação, sendo incluídos estudos de e-gov em nível federal, estadual e municipal.

b) Identificação das fontes de dados apropriadas: na sequência, foi feita a opção pela OMNIS, ferramenta de busca que permite o acesso a um volume superior a 300 bases de dados eletrônicas, a fim de ampliar a abrangência da pesquisa.

c) Estabelecimento dos termos de pesquisa: essa decisão foi baseada na Biblioteca de Referência de Governo Eletrônico, a EGRL, criada e mantida, desde 2005, pela Universidade de Washington. É focada em literatura acadêmica em eGov e contém mais de 8.181 referências, tendo se tornado uma ferramenta indispensável para estudiosos de governo eletrônico (EGRL, 2016). A seleção de palavras foi feita de acordo com a análise crítica dos autores, a partir da sua experiência com a realidade brasileira. As palavras utilizadas para pesquisa estão apresentadas na Tabela 1.

3.2 EXECUÇÃO DA PESQUISA

A etapa de execução da pesquisa foi feita seguindo os seguintes procedimentos:

a) Pesquisa das publicações: o primeiro passo foi realizar a pesquisa conforme os critérios de inclusão e seleção definidos na etapa de planejamento. As palavras utilizadas para busca, na ordem em que foram incluídas, foram: “governo eletrônico”, “governo eletrônico AND teoria”, “e-gov”, “e-gov AND teoria”, “governo digital”, “e-government”, “governança eletrônica”, “G2G”, “G2C”, “G2B”, “G2E”, “governo 2.0”, “m-gov”, “e-serviços AND governo”, “democracia eletrônica”, “democracia digital”, “transparência eletrônica”, “transparência digital”, “compras eletrônicas”, “pregão eletrônico”. Durante as buscas as palavras foram escritas entre aspas a fim de garantir a completeza das palavras. A busca totalizou uma amostra de 96 artigos. De acordo com Wolfswinkel *et al.* (2013), é comum, durante a revisão sistemática de literatura, a necessidade de revisitar critérios de busca, por meio de um processo iterativo de refinamentos e ajustes, mas que deve sempre ser devidamente documentado. Assim, foi necessário realizar este tipo de ajuste nesta pesquisa. Inicialmente planejava-se realizar a busca pela utilização de cada palavra-chave em conjunto (por meio do operador AND) com a palavra “teoria” seguida de “*”, de forma a possibilitar a sua busca no singular e no plural. Após alguns testes realizados, constatou-se que este critério reduziria drasticamente a quantidade de artigos e, além disso, não atenderia à premissa do uso de conceito mais amplo de teoria, definido como base para este estudo. Por conta disso, optou-se pela busca das palavras-chave sem adição da palavra “teoria”.

b) Seleção das publicações: o primeiro passo foi a exclusão dos artigos duplicados (30 artigos). Em seguida, procedeu-se à leitura dos artigos e, a partir dessa análise, foram excluídos 37 artigos cujos estudos não se tratavam de eGov nos governos brasileiros, mesmo que tivessem retornado na busca por palavras-chave. Assim, utilizando os dois filtros anteriores, restaram 29 artigos para o *corpus* da pesquisa, o que correspondeu a 30% do total de 96 artigos pesquisados. A Tabela 1 apresenta o processo de execução da pesquisa, desde a primeira seleção, passando pelos filtros de exclusão e finalizando com os 29 artigos que foram selecionados para compor este estudo.

Tabela 1 – Mapa do processo de seleção de artigos para o estudo

Palavra-chave	Artigos pesquisados	Artigos duplicados	Artigos excluídos	Artigos selecionados
e-government	34	7	17	10
governo eletrônico	11	0	4	7
democracia digital	10	7	1	2
e-gov	9	1	2	6
G2G	5	2	3	0
G2B	5	3	2	0
democracia eletrônica	5	0	2	3
G2C	4	2	2	0
governo eletrônico AND teoria	3	3	0	0
e-gov AND teoria	3	3	0	0
governo digital	2	2	0	0
governança eletrônica	1	0	1	0
transparência eletrônica	1	0	0	1
transparência digital	1	0	1	0
pregão eletrônico	1	0	1	0
compras eletrônicas	1	0	1	0
G2E	0	0	0	0
governo 2.0	0	0	0	0
m-gov	0	0	0	0
e-serviços AND governo	0	0	0	0
TOTAL	96	30	37	29

Fonte: dados da pesquisa

3.3 CODIFICAÇÃO DA PESQUISA

a) Codificação das publicações selecionadas: a primeira codificação foi realizada com as informações gerais de cada artigo, contendo o título do artigo, autor, ano, revista e quantidade de citações obtida no Google Acadêmico em julho de 2015.

b) Definição das palavras-indicador: segundo Webster e Watson (2002), a revisão de literatura é “centrada em conceitos”, uma vez que os conceitos é que organizam o modelo de revisão, além de que, o outro tipo de abordagem, a chamada “centrada em autores”, falha como método de síntese da literatura. Na mesma linha, Wolfswinkel *et al.* (2013) entendem que conceitos-chave, categorias, propriedades ou *insights* fazem parte do processo analítico de geração de categorias, por meio de um alto nível de abstração realizado pelo pesquisador. Quando os conceitos e categorias

emergem, os pesquisadores devem executar um processo contínuo de análise comparativa, relacionando e ligando com as categorias já identificadas nos artigos. Além disso, enquanto procede à leitura, o pesquisador deve ir documentando todo o processo de codificação (WOLSWINKEL *et al.*, 2013). Da mesma forma, Meijer e Bekkers (2015), na análise de suas publicações, definiram as palavras-indicador como método de classificação nas três dimensões do seu modelo meta-teórico. Assim, nesta pesquisa, foi utilizado processo similar, sendo o primeiro passo para a definição das palavras-indicador a leitura, de forma aleatória, de alguns artigos objeto da pesquisa de Gregor (2006) - para cada um dos cinco tipos de teoria. Este processo permitiu uma pesquisa das principais palavras e sentenças que, no entendimento dos autores, indicavam a justificativa para classificação.

A Figura 3 apresenta os achados dessa fase do processo.

Figura 3 – Palavras-indicador da amostra de artigos

Tipo de teoria/título do artigo		Evidências
Análise	<i>Generalizing generalizability in Information Systems research</i>	"O objetivo deste ensaio é clarificar o conceito de generalização, examinando criticamente sua natureza, ilustrando seu uso e uso indevido, e apresentando um quadro para a classificação de suas diferentes formas."
		"O framework organiza as diferentes formas em quatro tipos ..."
	<i>User heterogeneity and its impact on electronic auction market design: an empirical exploration</i>	"Usamos uma ... abordagem indutiva para desenvolver uma taxonomia de comportamento de licitação em leilões online"
	<i>A research note regarding the development of the consensus on appropriation scale</i>	"Ofereceremos algumas recomendações para a análise contínua ..."
Explicação	<i>Reconceptualizing users as social actors in Informations Systems research</i>	"A fim de promover uma melhor compreensão do uso de TIC, e para desenvolver uma alternativa ..."
		"Neste artigo, vamos examinar os constructos teóricos que moldam esse conceito de usuário e contrastá-los com visões alternativas que ajudam a reconceituar o usuário e contrastá-los com visões alternativas que ajudam a reconceituar o usuário como um ator social."
	<i>From the vendor's perspective: exploring the value proposition in IT outsourcing</i>	"Neste trabalho realizamos um exame atento de estratégia e práticas do fornecedor em um longo prazo ..."
		"A análise indica que a eficiência do fornecedor foi baseada nos benefícios econômicos derivados da capacidade de desenvolver um conjunto complementar de competências essenciais."

	<i>Portfolios of control in outsourced software development projects</i>	"Este artigo examina a evolução da carteira de controles sobre a duração da terceirizada no desenvolvimento de sistemas de informação." "Ele conclui que muitas das descobertas de pesquisa sobre controle de projetos DSI interno se aplicam ao contexto da terceirizada."
Predi-ção	<i>Replicating online yankee auctions to analyze auctioneers' and bidders' strategies</i>	"A ferramenta de simulação fornece um instrumento de teste para explorar conjuntamente o espaço combinatório de projetar escolhas feitas pelo leiloeiro"
Explica-ção e predi-ção	<i>Understanding the service component of application service provision: empirical analysis of satisfaction with ASP services</i>	"Desenvolvemos um modelo conceitual de satisfação com ASP que pode empiricamente testar as previsões usando dados de 256 empresas que utilizam serviços ASP..." "Expectativas sobre o serviço ASP têm uma influência significativa sobre a avaliação do desempenho ASP."
	<i>Trust and TAM in online shopping: an integrated model</i>	"O objetivo deste estudo foi testar a utilidade do quadro RBV, replicando, generalizando , e ampliando o quadro de Bharadwaj (2000),..."
Design e ação	<i>A model for design and management of content and interactivity of customer-centric Web sites</i>	"Desenvolvemos um modelo para guiar o desenho e a gestão contínua de tais sites..." "Uma abordagem de design science "
	<i>A fault threshold policy to manage software development projects</i>	"Projetamos um modelo ..."
		"Em nosso modelo , o governo define a penalidade, a taxa, ..."

Fonte: elaborado a partir de Gregor (2006)

3.4 CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS POR TIPO DE TEORIA

A seguir, foi realizada a leitura detalhada e crítica de cada um dos 29 artigos, a fim de obter a estratégia, abordagem, método de pesquisa e dados amostrais e, também, proceder à classificação de cada artigo, seguindo a tipologia de Gregor (2006). Para esse processo de catalogação foi gerada uma tabela própria de codificação, com as palavras-indicador. A geração da tabela foi resultado de um processo iterativo de análise sistemática das palavras encontradas nas evidências dos artigos objeto de pesquisa de Gregor (2006), em conjunto com as palavras encontradas na leitura dos artigos componentes do *corpus* da amostra desta pesquisa. A Figura 4 apresenta a relação de palavras-indicador por tipologia.

Figura 4 – Palavras-indicador para a classificação dos artigos desta pesquisa

Tipo de teoria	Palavra-indicador
I – Teoria para análise	concepção, <i>framework</i> , taxonomia, modelo conceitual, tipologia, classificação, classificar, conceitualização, análise, analisar, categorização, verificar, avaliar
II – Teoria para explicação	explicação, examinar, examina ... e conclui que ..., entendimento, compreensão, como, indica que, reconceitualização, que determina, razões
III – Teoria para predição	simulação, predição, predizer, projeto, projetar, testar , teste
IV – Teoria para explicação e predição	conduz à, influencia, determina
V – Teoria para desenho e ação	modelo, engenharia de software, guia, desenho, desenvolvimento, elaborar, projeto, projetar, recomendações, <i>design science</i>

Fonte: dados da pesquisa

O processo de classificação realizado neste estudo não utiliza somente a palavra-indicador como método de definição do tipo de teoria. Foi necessária uma análise crítica e reflexiva do conteúdo de cada um dos 29 artigos, a fim de compreender exatamente o propósito de cada um dos trabalhos. Ressalta-se que os autores não avaliaram se cada artigo classificado atingiu, de acordo com critérios científicos, os propósitos a que se propunha. O enquadramento foi feito em cada tipo de teoria a partir do objetivo declarado em cada artigo.

4 RESULTADOS

Após o processo de classificação, foram analisadas as publicações de acordo com os critérios de caracterização das publicações, tipologia de Gregor (2006) e comparativo com as publicações norte-americanas. A seguir estão descritos os resultados do processo de análise.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES

Dos 29 artigos que fizeram parte do *corpus* da pesquisa, os cinco com maior volume de citações, segundo as informações obtidas no Google Acadêmico no mês de julho de 2015, estão relacionados na Tabela 2. Entre os cinco mais citados, três foram publicados na Revista de Administração Pública (RAP), sendo que os dois com maior volume de citações foram obtidos por meio da palavra-chave “e-gov”.

De acordo com a Tabela 3 e a Figura 5, há um indicativo de que a RAP possa ser considerada referência nacional em publicações de governo eletrônico, tanto pelo percentual de artigos publicados nesse periódico (Tabela 3), como pela quantidade de citações recebidas (Tabela 2).

Tabela 2 – Artigos com maior volume de citações

Título do artigo (autor, revista, ano)	Citações	Palavras-chave
Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia (Pinho, RAP, 2008)	104	e-gov
O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise (Diniz e Prado, RAP, 2009)	80	e-gov
Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras (Silva, Opinião Pública, 2005)	71	democracia digital
Governança democrática na era da informação (Ruediger, RAP, 2003)	45	e-government
O poder burocrático e o controle da informação (Sanchez, Lua Nova, 2003)	42	Governo eletrônico

Fonte: dados da pesquisa

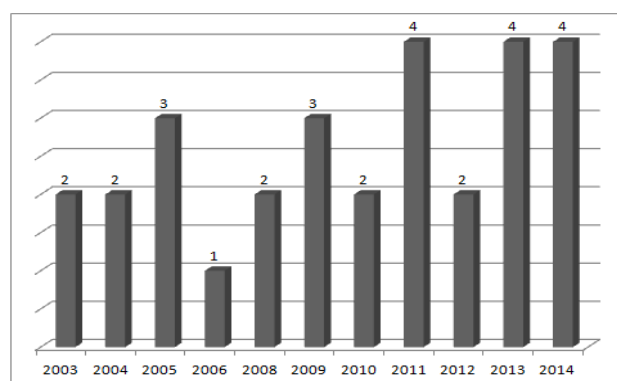
A distribuição da quantidade de artigos por revista está apresentada na Tabela 3. Observa-se também que aproximadamente metade dos artigos foram publicados na RAP. A Figura 5 apresenta a quantidade de artigos por ano nas revistas pesquisadas. Nota-se que os 29 artigos selecionados da amostra são posteriores a 2003, o que aponta para um incremento de produção científica em governo eletrônico posterior a esse período, com uma leve tendência a inclinação ascendente nos últimos anos.

Tabela 3 – Quantidade de artigos por periódico

Revista	Freq.	%
RAP - Revista de Administração Pública	13	45
Opinião Pública	4	14
RAE - Revista de Administração de Empresas	2	8
Revista de Ciências da Administração	2	8
Acta Scientiarum	1	4
Dados: Revista de Ciências Sociais	1	3
História	1	3
Lua Nova: Revista de Cultura e Política	1	3
Produção	1	3
Revista de Ciências Sociais	1	3
Revista de Gestão da USP	1	3
Revista de Sociologia e Política	1	3
TOTAL	29	100

Fonte: dados da pesquisa

Figura 5 – Quantidade de artigos por ano



Fonte: dados da pesquisa

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS SEGUNDO GREGOR (2006)

A análise dos artigos da amostra, usando o modelo proposto por Gregor (2006), suscita a compreensão do grau de teorização nas publicações científicas de governo eletrônico brasileiras. A Tabela 4 apresenta os 29 artigos que compõem o *corpus* da pesquisa já categorizados de acordo com os cinco tipos de teoria da taxonomia da Gregor (2006). Dois deles não foram categorizados porque não tinham características de artigos científicos, mesmo atendendo aos três critérios de inclusão citados no método de pesquisa.

Tabela 4 – Classificação dos Artigos

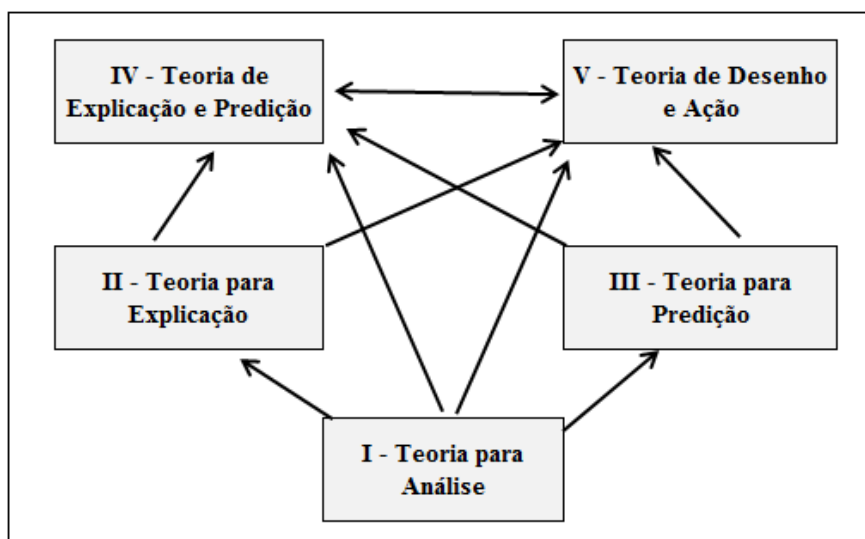
Tipo	Freq.	%
I – Teoria para análise	18	62
II – Teoria para explicação	8	28
III – Teoria para predição	0	0
IV – Teoria para explicação e predição	0	0
V – Teoria para desenho e ação	1	3
Não classificado	2	7
TOTAL	29	100

Fonte: Gregor (2006)

Tipo I – Teoria para análise

Nota-se que um volume expressivo de artigos, 18 de 29 (62%), foi categorizado como Tipo I - Teoria para análise. Conforme a Figura 6, Gregor (2006) aponta a teoria Tipo I como necessária para o desenvolvimento de outras teorias. Aponta, também, que uma definição clara dos construtos é necessária para o todo da formulação teórica.

Figura 6 – Inter-relacionamento entre os tipos de teorias



Fonte: Gregor (2006)

O fato de a expressiva maioria dos artigos ter sido classificada como Teoria para análise corrobora os estudos de Meijer e Bekkers (2015), em nível internacional, e de Przybilovicz, Cunha e Coelho (2015), em nível nacional. Ambos apontam a prevalência de estudos de natureza descritiva em eGov. Uma questão que pode contribuir para isso é a baixa quantidade de artigos que utilizam teorias. Comparativamente, em um estudo sobre o uso de teorias em pesquisas no campo de Sistemas de Informação publicadas na RESI e JISTEM (as duas principais revistas sobre o assunto no Brasil), Luciano, Macadar e Wiedenhöft (2015) identificaram que apenas 18 artigos, em 396 artigos analisados, utilizaram teorias.

Essa massiva quantidade de estratégias de pesquisa baseadas em estudos de caso descritivos também reforça a questão levantada por Bannister e Connolly (2015) da alta dependência deste tipo de pesquisa, que pode ser um indicativo de sub-teorização da área de governo eletrônico brasileira. Uma das razões para a maioria das pesquisas estar no Tipo I, denominado “teoria fraca”, pode estar suportada pela afirmação de Heeks e Bailur (2007), os quais declaram que a pesquisa em eGov é pobre, pois muitas vezes é considerada como uma “subdisciplina” de Sistemas de Informação e Administração Pública.

Assim, há um indicativo de que os estudos brasileiros ainda têm muito o que se desenvolver até chegar a gerar os outros tipos de teoria. A Figura 7 apresenta alguns artigos classificados neste tipo de teoria e as evidências, reforçadas pelas palavras-indicador, da forma de classificação utilizada neste estudo.

Figura 7 – Evidências do Tipo I – Teoria para análise

Ano	Título do artigo	Evidências
2009	Acessibilidade dos sítios <i>web</i> dos governos estaduais brasileiros: uma análise quantitativa entre 1996 e 2007	"Este artigo analisa a acessibilidade dos sítios dos governos estaduais brasileiros por meio de amostras coletadas entre 1996 e 2007"
2011	Gestão da cadeia de suprimento do setor público uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil	"O presente artigo desenvolve um modelo teórico operacional (MTO) de gestão da cadeia de suprimento para o poder público (GCSSP) com ênfase no processo de compras governamentais e utilizando técnicas de tecnologia da informação (TI), gestão de processos (GP) e comércio eletrônico"
2013	Avaliação dos riscos do pregão eletrônico - uma abordagem pela teoria da nova economia institucional	"Através das análises realizadas foi possível classificar os fornecedores em três grupos: alto risco, baixo risco e risco moderado"
2014	Sentidos e significados da participação democrática através da Internet - uma análise da experiência do orçamento participativo	"Este trabalho analisa três edições (2006, 2008 e 2011) do orçamento participativo digital (OPD) de Belo Horizonte (MG)"

Fonte: dados da pesquisa

Tipo II – Teoria para explicação

Um conjunto de 8 de 29 artigos (28%) foi classificado no Tipo II, demonstrando algum interesse dos pesquisadores brasileiros, em buscar o "como" e o "porquê" dos fenômenos de eGov nas esferas governamentais brasileiras. O conceito de "teoria *light*", proposto por Avison e Malaurent (2014), como um caminho convincente de compreensão de um fenômeno, e salientando que a principal contribuição de um artigo não precisa ser teórica, possibilita concluir que a teoria Tipo II, a chamada "teoria da compreensão", tem definição próxima e, portanto, parece ter alta aderência conceitual. A Figura 8 apresenta as evidências encontradas em alguns artigos classificados neste tipo de teoria, destacando as palavras-indicador como um importante insumo para a classificação.

Figura 8 – Evidências do Tipo II – Teoria para explicação

Ano	Título do Artigo	Evidências
2005	Por que é difícil fazer o verdadeiro "Governo-eletrônico"?	"O objetivo deste trabalho é apresentar um framework que permita entender o complexo e ambíguo fenômeno do "Governo-eletrônico" (eGovernment) e seus diferentes modelos ... compreender as razões que têm impedido até agora a difusão do verdadeiro governo-eletrônico ..."
2009	O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise	O modelo parte do pressuposto de que o conjunto de relacionamentos decorrentes das interações entre atores e fatores influenciadores ao longo das diferentes etapas cria relações de diferentes intensidades e naturezas, que impactam o desenvolvimento, consolidação e institucionalização de um programa de governo eletrônico... A compreensão das principais variáveis que determinam o sucesso ou fracasso das iniciativas ..."

2011	Tecnologias de Informação e integração regional - desafios institucionais para a cooperação sul-americana na área de segurança	<i>"Procuramos aqui responder o porquê de as novas Tecnologias de Informação e Comunicação afetarem diferenciadamente a capacidade de cooperação regional em ... Esta pesquisa verificou que, ao menos no caso do Brasil, a causa principal do maior uso de Tecnologia de Informação e Comunicação na área policial"</i>
2014	Internet e participação: o caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte	<i>"Realizamos este trabalho para compreender o uso da Internet pelo cidadão na tomada de decisão pública e para explicar a diminuição da sua participação ... possíveis razões da queda na participação ao longo dos anos ..."</i>

Fonte: dados da pesquisa

Tipo III – Teoria para predição

Nenhum dos 29 artigos da amostra deste estudo foram categorizados como Teoria tipo III – Teoria para predição. Isso significa que não foram encontradas evidências em relação às pesquisas brasileiras constantes da amostra que tivessem foco em fazer prognósticos sobre os fenômenos de eGov nos governos brasileiros. Não foram encontrados estudos, no *corpus* da pesquisa, de predições sobre “o que será”, sem explicar as relações causais para ocorrência do fenômeno.

Tipo IV – Teoria para explicação e predição (Teoria EP)

Nenhum artigo da amostra foi classificado na teoria do Tipo IV, que fornece previsões e explicações causais. Este parece ser um achado importante da pesquisa porque pode demonstrar como a pesquisa científica brasileira não tem tratado a ocorrência dos fenômenos de eGov, em termos de entendimento de causas em conjunto com predições. Por ser uma teoria considerada madura e coesa, por Bannister e Connolly (2015), o fato de nenhum artigo ser categorizado neste tipo pode indicar baixo nível de maturidade das pesquisas de governo eletrônico no Brasil.

Tipo V – Teoria para desenho e ação

Somente um único artigo (de 29 que compunham a amostra) foi classificado no Tipo V, evidenciando um baixo uso de *design science* nas pesquisas brasileiras. A teoria de desenho e ação é fortemente inter-relacionada com a teoria Tipo IV, por conta do conhecimento que as pessoas devem ter em Tecnologia da Informação, que as habilitem a desenhar e desenvolver novas informações sobre os artefatos (GREGOR, 2006). Essa inter-relação, conforme ilustrado na Figura 6, entre a teoria do Tipo V e a do Tipo IV, pode explicar a incidência de pouca Teoria do tipo V (5% somente), uma vez que incidência da Teoria do Tipo IV é nula (0%). Esse comparativo permite encontrar indícios sobre o grau de teorização do eGov brasileiro, com vistas a compreender se a área pode ser considerada sub-teorizada ou não. A Figura 9 apresenta as evidências da Teoria do tipo V.

Figura 9 – Evidências do tipo V – Teoria para desenho e ação

Ano	Título do artigo	Evidências
2005	Estrutura de informação para sites municipais: reunindo cidadania e ergonomia	"...e a partir da análise dos resultados procedeu-se à elaboração de critérios ergonômicos com a abordagem cidadania para o desenvolvimento de sites municipais... .. apresenta tanto a estrutura de informação para sites municipais como recomendações para a elaboração de sites ..."

Fonte: dados da pesquisa

Na Figura 9, assim como nas Figuras 7 e 8, merecem destaque as palavras-indicador, criadas pelos autores nesta pesquisa de forma análoga ao que foi feito por Gregor (2006), que serviram como insumo para tomada de decisão do enquadramento, contribuindo para a redução da arbitrariedade no enquadramento dos artigos nas teorias.

4.3 COMPARATIVO DOS RESULTADOS COM A PESQUISA NORTE-AMERICANA

A Tabela 5 mostra o comparativo do estudo da amostra de 29 artigos brasileiros com o estudo de Gregor (2006), com 50 artigos publicados em dois periódicos internacionais (entre 2003 e 2004), quais sejam *MIS Quartely* e *Information Systems Research*.

Tabela 5 – Comparativo de resultados com os periódicos norte-americanos

Tipo de teoria	Frequência (Brasil)	%	Frequência (EUA)	%
I – Teoria para análise	18	62	3	6
II – Teoria para explicação	8	28	4	8
III – Teoria para predição	0	0	1	2
IV – Teoria para explicação e predição	0	0	33	66
V – Teoria para desenho e ação	1	3	9	18
Não classificado	2	7	0	0
TOTAL	29	100	50	100

Fonte: elaborada com base em Gregor (2006)

O objetivo do presente artigo se diferencia daquele do de Gregor (2006). A autora buscava a validação da sua tipologia, enquanto o foco deste artigo é o entendimento quanto ao nível de uso de teorias nas publicações de eGov brasileiras. Contudo, mesmo tendo diferentes finalidades, entende-se que a comparação entre eles pode fornecer um indicativo relevante. Pode-se observar que enquanto as publicações brasileiras estão concentradas no tipo I (62%), as norte-americanas tem como base a teoria tipo IV (66%). Conforme indicado anteriormente, Bannister e Connolly (2015) afirmam que muitos pesquisadores consideram teoria

somente as do Tipo IV. Esse tipo de teoria fornece tanto o entendimento das causas e predições, como as descrições dos construtos teóricos e os relacionamentos entre eles (GREGOR, 2006). Assim, mesmo comparando os anos 2003 e 2004 nos artigos norte-americanos contra 2003 a 2014 nos artigos brasileiros, ainda assim há indicativo de maior robustez e rigor nas pesquisas publicadas em periódicos dos Estados Unidos.

Na amostra norte-americana, o segundo tipo de teoria mais citada (18%) é o Tipo V (desenho e ação). Isso pode ser em virtude dos artigos objeto do estudo serem relacionados com a temática de Sistemas de Informação, em que a questão de desenvolvimento de *softwares*, *frameworks* como guias para construção de artefatos de TI e *design science* parece ser mais apropriada. Um resultado semelhante é a baixa incidência, nas duas amostras, de publicações utilizando teoria do Tipo III. A própria Gregor (2006) questiona se este tipo de teoria é realmente necessário. Uma justificativa poderia ser porque no campo de Sistemas de Informação e, conseqüentemente, em eGov, não são comuns teorias desse tipo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal achado desta pesquisa foi a concentração de artigos classificados na teoria Tipo I – Teoria para análise (62% das publicações da amostra). Considerando que o principal critério utilizado por Gregor (2006) para a classificação são os objetivos primários da teoria, constata-se que as pesquisas de eGov brasileiras têm tido como principal questão de interesse a descrição do fenômeno, a análise das relações entre os construtos, bem como, o nível de generalização dos construtos e seus relacionamentos. Contudo, pesquisas buscando explicação de “como”, “porque” e “quando” o fenômeno ocorre, de forma a buscar a sua compreensão, representaram somente 28% do total dos artigos da amostra. Somado a isso, nenhuma publicação foi encontrada buscando como problema de pesquisa os objetivos conjuntos de explicação e predição, que configuram robustez à pesquisa (Tipo IV).

A justificativa para estes resultados poderia ser a grande abrangência do conceito de teoria, adotado por Gregor (2006), refletido em cinco tipos distintos e ainda evitando a qualificação como formal, tradicional, superior ou inferior. Essa amplitude permite, por exemplo, classificar artigos do Tipo I como artigos contendo algum tipo de teoria. Isso significa que, ao adotar a tipologia abrangente de Gregor, a área de eGov brasileira poderia ser considerada hiper-teorizada, já que foi possível classificar grande parte dos artigos em alguma teoria? Novos estudos são necessários para verificar se essas teorias foram amplamente utilizadas nos artigos, ou se serviram mais como base para construção do referencial teórico.

Por outro lado, em uma visão mais crítica, com maior rigidez de critérios, considera-se: a) as teorias descritivas (do Tipo I) como fracas, nem sequer sendo consideradas por alguns estudiosos como teorias

(BANNISTER e CONNOLLY, 2015); b) as teorias EP (explicação e predição, Tipo IV) como maduras e coesas em seu campo de estudo (BANNISTER e CONNOLLY, 2015); c) a grande quantidade de teorias nos dois periódicos americanos catalogadas como EP (66%) e a inexistência de estudos que explorem esse tipo de teoria no Brasil; e d) o Tipo I como o mais baixo no mapa de inter-relacionamento dentre as teorias (GREGOR, 2006), o que nos levaria a considerar a área de eGov, no Brasil como sub-teorizada. Entender “porque”, “o que será” ou “como fazer algo” representam estágios necessários para o crescimento e consolidação de um campo de pesquisa que não são passíveis de obter quando o interesse das pesquisas se concentra apenas em “o que é”. Analisando a Tabela 5, pode-se entender que os estudos em eGov no Brasil ainda estão em um estágio inicial, o que configuraria a disciplina como sub-teorizada? Novos estudos são necessários para verificar se os temas das pesquisas analisados têm relação ou se ajustam a alguma teoria. O aspecto positivo é que sem as teorias do tipo I não é possível ir adiante nas demais, o que significa que o campo de eGov brasileiro tem um patrimônio significativo que pode alavancar estudos dos tipos II a V, viabilizando um maior aprofundamento dos estudos e, conseqüentemente, uma maior contribuição, tanto teórica quanto prática.

A principal contribuição deste artigo para a área de eGov brasileira é a compreensão sobre o grau de uso de teorias, proporcionando uma reflexão crítica do estado e domínio do conhecimento em governo eletrônico no Brasil. O estudo indica a necessidade de utilizar outros estágios de teorias nos estudos brasileiros sobre governo eletrônico.

Naturalmente, o número de artigos analisados nesta pesquisa não é suficiente para descrever o campo de pesquisa em eGov no Brasil, as pesquisas desenvolvidas por pesquisadores no Brasil ou mesmo a pesquisa desenvolvida por pesquisadores brasileiros. Mais do que discutir se o campo de pesquisa em eGov no Brasil é hiper ou sub-teorizado, este artigo pretendeu dar continuidade à discussão sobre a importância do uso de teorias no contexto de pesquisa em eGov, entendendo que elas contribuem com o rigor das pesquisas e com seu potencial de explicação (BANNISTER e CONNOLLY, 2015), com a relevância (GREGOR, 2006) e com a prática (GILL e BHATTACHERJEE, 2009; HAUGH, 2012;), legitimidade da pesquisa (GOLDKUHL, 2004) e organização da pesquisa (VAN de VEN, 1989). Outras pesquisas, que podem suceder a esta, envolvem a ampliação das palavras-chave de busca para todas contidas na EGRL, a avaliação das publicações de eGov brasileiras segundo as seis preocupações de Avison e Malaurent (2014) de enfoque exagerado na utilização de teorias e a avaliação das teorias importadas e exportadas em eGov (BANNISTER e CONNOLLY, 2015). Ainda há muito que explorar e ser descoberto. Novos estudos de revisão sistemática de literatura devem fornecer subsídios e contribuições importantes sobre o fenômeno de governo eletrônico brasileiro.

REFERÊNCIAS

AVISON, David; MALAURENT, Julien. Is theory king? Questioning the theory fetish in information systems. **Journal of Information Technology**, v. 29, n. 4, p. 327-336, 2014.

BEKKERS, Victor. Why does e-government look as it does? Looking beyond the explanatory emptiness of the e-government concept. **ICT, Public Administration and Democracy in the Coming Decade**, v. 20, p. 118, 2013.

BANNISTER, Frank; CONNOLLY, Regina. The great theory hunt: does e-government really have a problem? **Government Information Quarterly (GIQ)**, v. 32, n. 1, p. 1-11, 2015.

DINIZ, Eduardo H.; BARBOSA, Alexandre F.; JUNQUEIRA, A. R.; PRADO, Otavio. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública (RAP)**, v. 43, n. 1, 2009.

EGRL. The E-Government Reference Library. Disponível em <http://faculty.washington.edu/jscholl/egrl/history.php>. Acessado em 25 ago 2016.

GILL, Grandon; BHATTACHERJEE, Anol. Whom are we informing? Issues and recommendations for MIS research from an information sciences perspective. **MIS Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 217-235, Jun. 2009.

GOLDKUHL, Goran. Design theories in Information Systems - a need for multi-grounding. **Journal of Information Technology Theory and Application (JITTA)**, v. 6, n. 2, p. 7, 2004.

GREGOR, Shirley. Design theory in information systems. **Australasian Journal of Information Systems**, v. 10, n. 1, 2002.

GREGOR, Shirley. The nature of theory in information systems. **MIS Quarterly**, p. 611-642, 2006.

GRÖNLUND, Åke. State of the art in e-Gov research—a survey. In: **Electronic government**. Springer Berlin Heidelberg, 2004. p. 178-185.

GRÖNLUND, Åke; ANDERSSON, Annika. e-Gov research quality improvements since 2003: more rigor, but research (perhaps) redefined. In: **Electronic government**. Springer Berlin Heidelberg, 2006. p. 1-12.

HAUGH, Helen. The importance of theory in social enterprise research. **Social Enterprise Journal**, v. 8, n. 1, p. 7-15, 2012. <http://dx.doi.org/10.1108/17508611211226557>

HEEKS, Richard; BAILUR, Savita. Analyzing e-government research: Perspectives, philosophies, theories, methods, and practice. **Government Information Quarterly (GIQ)**, v. 24, n. 2, p. 243-265, 2007.

LEE, Jungwoo. 10 year retrospect on stage models of e-Government: a qualitative meta-synthesis. **Government Information Quarterly (GIQ)**, v. 27, n. 3, p. 220-230, 2010.

LUCIANO, Edimara Mezzomo; WIEDENHÖFT, Guilherme Costa; MACADAR, Marie Anne. What is in or out of a particular field of knowledge? Reflections on IT governance studies. In: **CONF-IRM 2015**. Proceedings of the 7th The International Conference on Information Resources Management, 2015.

LUCIANO, Edimara Mezzomo; MACADAR, Marie Anne; WIEDENHÖFT, Guilherme Costa. Utilização de teorias em pesquisas na área de Administração da Informação no Brasil: reflexões iniciais. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação (RESI)**, v.14, n.3, artigo 1, 2015.

LUNA-REYES, Luis Felipe; GIL-GARCÍA, J. Ramón. Using institutional theory and dynamic simulation to understand complex e-Government phenomena. **Government Information Quarterly (GIQ)**, v. 28, n. 3, p. 329-345, 2011.

MARGETTS, Helen. Public management change and e-government: the emergence of digital-era governance. **Routledge Handbook of Internet Politics**, p. 114-127, 2009.

MEIJER, Albert; BEKKERS, Victor. A metatheory of e-government: Creating some order in a fragmented research field. **Government Information Quarterly (GIQ)**, 2015.

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública (RAP)**, v. 42, n. 3, 2008.

PRZEYBILOVICZ, E.; CUNHA, M. A.; COELHO, T. R. O Desenvolvimento dos estudos sobre governo eletrônico no Brasil: um estudo bibliométrico e sociométrico. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação (RESI)**, v. 14, n. 3, artigo 5, 2015.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governança democrática na era da informação. **Revista de Administração Pública (RAP)**, v. 37, n. 6, p. 1257-1280, 2003.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 11, p. 450-468, 2005.

SANCHEZ, Oscar Adolfo. O poder burocrático e o controle da informação. **Lua Nova**, n. 58, 2003.

SCHNOLL, Hans J. **E-government: information, technology, and transformation**. Routledge, 2015.

SUTTON, Robert I.; STAW, Barry M. What theory is not. **Administrative Science Quarterly (ASQ)**, p. 371-384, 1995.

VAN DE VEN, Andrew H. Nothing is quite so practical as a good theory. **The Academy of Management Review (AMR)**, v. 14, n. 4, p. 486-489. Oct. 1989.

WANG, Fang. Explaining the low utilization of government websites: Using a grounded theory approach. **Government Information Quarterly (GIQ)**, v. 31, n. 4, p. 610-621, 2014.

WEBSTER, Jane; WATSON, Richard T. Analyzing the past to prepare for the future: Writing a literature review. **MIS Quarterly**, v. 26, n. 2, p. 3, 2002.

WOLFSWINKEL, Joost F.; FURTMUELLER, Eifi; WILDEROM, Celeste PM. Using grounded theory as a method for rigorously reviewing literature. **European Journal of Information Systems**, v. 22, n. 1, p. 45-55, 2013.

YILDIZ, Mete. E-government research: reviewing the literature, limitations, and ways forward. **Government Information Quarterly (GIQ)**, v. 24, n. 3, p. 646-665, 2007.

ZHANG, Hui; XU, Xiaolin; XIAO, Jianying. Diffusion of e-government: a literature review and directions for future directions. **Government Information Quarterly (GIQ)**, v.31, p. 631-636, 2014.

Reproduced with permission of copyright owner. Further reproduction prohibited without permission.